

Ulysses aceita a decisão que o Congresso tomar

BRASÍLIA — O Deputado Ulysses Guimarães afirmou ontem na Base Aérea de Brasília, logo após assumir a Presidência da República interinamente, que sancionaria a proposta orçamentária que está no Congresso, se ela viesse a ser aprovada. Explicou, porém, que como o Presidente José Sarney encaminhou uma nova proposta — os parlamentares precisarão de mais tempo para estudá-la.

— O Presidente Sarney exerceu um direito que tinha — acrescentou.

Ulysses disse desconhecer a íntegra da mensagem enviada por Sarney, assinalando que esperava ser intelectuado dela tanto na condição de Presidente em exercício como na de Presidente da Câmara dos Deputados e do PMDB, o partido majoritário dentro do Congresso.

— Quero saber o que está no bojo desta mensagem — declarou.

Sobre o pagamento da dívida dos Estados, ponto mais polêmico na discussão do Orçamento, disse que fora informado pelo Ministro do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, em nome do Presidente Sarney, de que não houve entendimento algum com relação, principalmente, a posição defendida pelos Estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul. Acrescentou que tentou vencer a dificuldade através de um acordo para evitar que os três estados fossem discriminados.

Segundo ele, a única proposta apoiada pelos Governadores é a acordada na reunião realizada na

sua casa — pagar 25 por cento da dívida por vencer em 1989.

— Esta é a proposta da solidariedade federativa. O que é justo para uns Estados deve ser estendido para os outros — defendeu Ulysses.

O Deputado acredita que, submetida a votação, a proposta seja apoiada pela maioria dos congressistas, já que as bancadas acompanham o ponto de vista do Governadores.

— Hoje um precisa do outro e em outras ocasiões a recíproca deve ser estabelecida — explicou.

A mensagem sobre o salário-mínimo, outra discussão polêmica e que ficou sem definição até a saída do Presidente Sarney do Brasil, deve ser definida, segundo Ulysses, até o dia 15 de dezembro, quando se encerra o ano legislativo. O Presidente em exercício disse que o seu partido defendará uma proposta realista que signifique um avanço mas não ponha em dificuldades as administrações estaduais, municipais e as micro-empresas.